



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Exma. Senhora Ministra da Justiça,**

O Instituto dos Registos e Notariados (IRN) tem uma grande falta de recursos humanos, não existindo admissões de novos trabalhadores há pelo menos 20 anos. Em 2001 existiam 6103 efetivos, incluindo 821 Conservadores e 5282 Oficiais dos Registos. Em 2019 os efectivos eram 4293, incluindo 571 Conservadores e 3722 Oficiais de Registo. Ou seja, atualmente há menos 1810 efetivos, incluindo menos 250 Conservadores e menos 1560 Oficiais de Registo. Acresce que segundo o *Balanço Social de 2019* do Instituto dos Registos e Notariado estão em falta cerca de 199 Conservadores (e não 130 como referiu a Ministra em declarações recentes na Assembleia da República) e de 1013 Oficiais de Registo.

Segundo informações dos Sindicatos, nomeadamente do Sindicato Nacional Dos Registos, muitas Conservatórias estão a laborar unicamente com um Conservador e um Oficial de Registo, o que leva à prestação de um serviço público insuficiente, não dando resposta às solicitações dos cidadãos e das empresas. Por outro lado, dispensam-se trabalhadores para trabalharem por conta própria no privado. E o art.º 32.º “Registos e notariado” do Orçamento do Estado 2021 vem prorrogar, mais uma vez, e por mais um ano, as licenças dos oficiais e notários que laboram liberalmente no setor privado.

O concurso interno que prevê 150 lugares de Conservador e 565 lugares de Oficiais de Registo está parado desde setembro de 2019 e, segundo informação dos sindicatos, não será aberto concurso externo para os restantes lugares a preencher sem o concurso interno estar concluído. Esta situação está a atrasar o recrutamento e rejuvenescimento dos quadros do IRN, cuja média de idades é de 57 anos, e a combater a elevada taxa de absentismo.

A falta de recursos humanos é de mais de 30% e uma grande parte dos trabalhadores está afeta aos serviços do Cartão do Cidadão. Mesmo com a implementação do pedido online, o que retirou alguma pressão no atendimento, tal não foi suficiente pois continua a haver procura presencial. Por outro lado, tal leva a que outras áreas fiquem prejudicadas, nomeadamente os

pedidos de nacionalidade. Atualmente, há mais de 100 mil pedidos de atribuição de nacionalidade por analisar e qualificar.

Acresce que a Portaria n.º 942/99 de 27 de outubro e a Portaria 940/99 de 27 de outubro consagram incentivos aos trabalhadores, mas os trabalhadores das Conservatórias que tramitam processos de nacionalidade de igual forma que os seus pares dos Registos Centrais nada recebem.

O sector dos registos tem, então, problemas estruturais e a sua sustentabilidade bem como a qualidade do serviço ao cidadão e às empresas estão em causa.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, venho por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Justiça, as seguintes perguntas:

1 - Quando estará finalizado o Concurso Interno em curso para 150 lugares de Conservador e 565 lugares de Oficiais de Registo e para quando exatamente a sua contratação? E consequentemente para quando se prevê a abertura do Concurso Externo?

2 - Como é que o Ministério pretende resolver a disparidade do pagamento de incentivos entre os trabalhadores dos Registos Centrais e das Conservatórias?

3 - A Senhora Secretária de Estado, Dr.ª Anabela Pedroso, afirmou, em Janeiro passado na Assembleia da República, que estava contemplada no OE2020 uma verba de 1 milhão de euros para pagamento do suplemento de abono para falhas, mas segundo os sindicatos tal verba não foi ainda executada. Qual é a previsão da sua execução uma vez que o ano está a terminar?

Palácio de São Bento, 14 de outubro de 2020

Deputado(a)s

JOACINE KATAR MOREIRA(Ninsc)